

## MICHEL FOUCAULT: biopolítica e a escola hoje

Daniella Couto Lôbo<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo busca refletir sobre a biopolítica, regimes de verdade, saber/poder na perspectiva de compreender as formas de controle e os discursos que vigoram nas instituições educativas. Trata-se de um texto de caráter bibliográfico que tem como objetivo analisar os aspectos históricos e conceituais da biopolítica e suas influências nas instituições educativas à luz dos conceitos foucaultianos, bem como problematizar sobre o processo de constituição dos regimes e dos discursos de verdade divulgados nas escolas, tendo-se em vista sua relação com as ideias neoliberais no contexto de formulação das políticas educacionais que objetivam adestrar, normalizar e docilizar os indivíduos na Idade Moderna.

**Palavras-chave:** Instituições Educativas; Biopolítica; Discursos; Controle.

**SUMMARY:** *This article seeks to reflect on biopolitics, on truth regimes, on knowledge / power in the perspective of understanding different forms of control, and on the discourses that are in force in educational institutions. It is a bibliographic text that aims to analyze the historical and conceptual aspects of biopolitics and its influence on educational institutions in the light of Foucault's concepts, as well as to problematize on the process of forming the regimes and truth discourses which are disseminated in schools, while taking their interrelation with neoliberal ideas in the context of formulating educational policies that aim to train, normalize and docilize individuals in the Modern Age into account.*

**Keywords:** *Educational institutions; Biopolitics; Speeches; Control.*

## INTRODUÇÃO

O corpo é uma realidade bio-política  
- FOUCAULT, 1984 -

O poder é aquele, concreto, que todo indivíduo detém e que viria a ceder, total e parcialmente, para constituir um poder, uma soberania política.  
- FOUCAULT, 2010 -

---

<sup>1</sup> Professora Doutora do curso de graduação de Pedagogia da Escola da Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) e coordenadora do projeto de pesquisa Michel Foucault e a Educação: estado da arte de dissertações e teses em programas de pós-graduação em educação da região centro-oeste (2013- 2018) e Professora do quadro permanente do Mestrado em Educação da Faculdade de Inhumas (FACMAIS).

Tomando-se como referências estas duas epígrafes, este artigo busca compreender, a partir dos aportes teóricos foucaultianos, a relação existente entre biopolítica e educação nos dias de hoje. Parte-se da afirmativa de que por detrás dos discursos de liberdade e de autonomia propagados pelos sistemas educacionais estão presentes diferentes dispositivos<sup>2</sup> de assujeitamento e de controle. Dessa forma, tornou-se um desafio escrever sobre a biopolítica e acerca dos discursos que vigoram nas escolas. São discursos que foram intensificados pelo contexto pandêmico vivido no corrente ano. Sabe-se que a educação escolar, em geral, atende a uma agenda neoliberal que, por sua vez, possui um projeto pensado para servir aos sistemas produtivos. Nesse sentido, para entender a escola é preciso realizar um diagnóstico do presente e identificar as relações de saber/poder que integram os discursos nas instituições educativas.

Para tanto, dividiu-se o artigo em duas seções. A primeira traz aspectos históricos e conceituais da biopolítica, que teve como um de seus marcos iniciais o surgimento da medicina social, em que o Estado passa ter o controle dos corpos dos trabalhadores e, ao longo do tempo, foi constituindo dispositivos outros para o domínio da população na contemporaneidade. A segunda seção trata dos discursos da educação considerando-se a perspectiva do direito à educação presente nos documentos legais ao mesmo tempo em que se observa as relações-macro propostas num contexto em que vigoram as ideias neoliberais, ideias essas que encontraram na biopolítica e no biopoder aliados fiéis.

### **MICHEL FOUCAULT: aproximações à biopolítica**

Na introdução da obra *Microfísica do Poder* encontra-se uma citação fundamental: “todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber” (MACHADO, 1984, p. XXI). Em sua fase genealógica, Foucault pesquisou a história do pensamento, percorreu caminhos para se estabelecer a compreensão dos processos de constituição da verdade e das relações de poder, investigou as condições de possibilidades para que esses poderes emanassem do Estado e das instituições e produzissem saberes sobre o homem, nos últimos quatro séculos.

---

<sup>2</sup> “O dispositivo é a rede relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito” (CASTRO, 2009, p. 124).

Em suas investigações, o filósofo inventariou campos de saber/poder nos quais foram constituídas as verdades que levaram, nos séculos XIX e XX, ao aparecimento de um novo tipo de homem com práticas sociais e subjetividades, ao mesmo tempo em que se intensificaram o controle e a vigilância sobre ele por meio das disciplinas e do advento da biopolítica. Isso fica claro quando Foucault (2010) define os caminhos de suas pesquisas, relativas ao método genealógico, na aula do dia 07 de janeiro de 1976, no curso *Em Defesa da Sociedade*, conforme pode ser observado a seguir:

A genealogia seria, pois, relativamente ao projeto de inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção e de luta por um discurso teórico unitário, formal e científico (FOUCAULT, 2010, p. 11).

Nessa direção, Machado (1984) expõe que a genealogia traça outros caminhos que inicialmente são apresentados no livro *História da Sexualidade I* (FOUCAULT, 2015) e em demais trabalhos como, por exemplo, *Vigiar e Punir* (2013a) as disciplinas passaram por mudanças com o aparecimento da biopolítica e suas tecnologias de controle da população. Isso significa uma mudança de perspectiva, que parte do controle do indivíduo e de seu corpo para chegar ao controle da população. Para tanto, há um grupo investimento em técnicas e instrumentos para regular e normalizar as populações em busca de dispositivos de segurança, nos campos da estatística, da demografia, da geografia etc. (FOUCAULT, 2008; 2010a; 2010b; 2013b; 2015).

É importante ressaltar-se que não há uma superação ou um cenário em que o campo de saber/poder das disciplinas é deixado de lado. O que se percebe é que está em curso um investimento em tecnologias outras em prol da vigilância e do poder, por meio da biopolítica e do exercício do biopoder. Antes mesmo de definir o que seria a biopolítica<sup>3</sup>, faz-se necessário retomar uma reflexão: os exercícios de poder, numa sociedade como a tal

---

<sup>3</sup> “De que se trata nessa nova tecnologia do poder, nessa biopolítica, nesse biopoder em que está se instalando? Eu lhes dizia em duas palavras agora há pouco: trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retorno agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica [...] Nessa biopolítica, não se trata simplesmente do problema da fecundidade. Trata-se também do problema da morbidade, não mais simplesmente, como justamente fora o caso até então, no nível daquelas famosas epidemias cujo perigo havia atormentado tanto os poderes políticos desde as profundezas da Idade Média” (FOUCAULT, 2010a, p. 204-205).

como a moderna, acontecem num campo de produção de verdades em que os discursos se dão numa rede de poderes. “Somos forçados a produzir a verdade pelo poder” (FOUCAULT, 2010a, p. 22).

Mas quando isso começou? Um ponto de referência ou marco sobre indícios da emergência dos estudos sobre a biopolítica está no texto *O Nascimento da Medicina Social* (FOUCAULT, 1984), em que o discurso sobre a biopolítica aparece como controle da população, ligada à medicina moderna, no fim do século XVIII, com Morgani e Bichat<sup>4</sup>, médicos anatomistas. Uma medicina que, em certa medida, nasce conectada à economia capitalista. A economia capitalista aliou-se às várias instâncias da sociedade com o intuito de controlar as formas de produção da vida material e o assujeitamento dos trabalhadores. Entende-se que a medicina moderna seja “[...] uma prática social que somente em um de seus aspectos é individualista e valoriza as relações médico-doente” (FOUCAULT, 1984, p. 79). Uma hipótese levantada é que o capitalismo, aliado ao campo da medicina, define o corpo como força de trabalho, havendo, para tanto, a necessidade de controlar a saúde dos indivíduos. Consoante explicita neste trecho a seguir:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica (FOUCAULT, 1984, p. 79).

A projeção sobre os corpos se deu inicialmente pelos investimentos na biopolítica: um corpo identificado, controlado e sadio poderia render ganhos ao sistema produtivo capitalista, e, para isso, esses dispositivos foram se tornando mais sutis e eficientes. Foucault (1984) expõe que houve três períodos de formação da medicina social. A primeira delas é a medicina do Estado, que, no final do século XVI, estava preocupada com a saúde da população num período dominado pelo mercantilismo<sup>5</sup>, em função do quanto um

---

<sup>4</sup> Sobre os estudos desenvolvidos pelos dois médicos na área da patologia e anatomia Foucault, na obra *Nascimento da Clínica* (2013c, p. 144) explicita: “O entusiasmo que Bichat e seus discípulos logo sentiram com a descoberta da anatomia patológica [...] eles reencontraram a análise do próprio corpo; desvelaram na profundidade das coisas a ordem da superfície; definiam para as doenças um sistema de classes analíticas em um elemento da decomposição patológica [...]. Passaram de uma percepção analítica em que o elemento das análises das espécies mórbidas.”

<sup>5</sup> “A política mercantilista consiste essencialmente em majorar a produção da população, quantidade da população ativa, a produção de cada indivíduo ativo e, a partir daí, estabelecer fluxos comerciais que possibilitem a entrada no Estado da maior quantidade possível de moeda, graças a que se poderá pagar os exércitos e tudo o que se assegure a força real de um Estado com relação aos outros” (FOUCAULT, 1984, p. 82).

indivíduo poderia produzir. A medicina passa por um período de normalização, inclusive da prática médica, com a subordinação aos critérios estatais. Países como França, Inglaterra e Áustria começaram a contabilizar a força ativa das populações. Segundo Foucault, a medicina do Estado aparece antes mesmo da medicina científica desenvolvida por Morgani ou Bichat. Para adequar a força de trabalho às exigências do sistema fabril, o corpo passa a fazer parte do controle estatal. “É essa força estatal que a medicina deve aperfeiçoar e desenvolver” (FOUCAULT, 1984, p. 85).

A segunda é conhecida como a medicina urbana, que pode ser simbolizada pela França. Com a crescente urbanização e o aparecimento da população operária gestada nas revoltas no interior do país, as tensões políticas chegam ao auge e o “grande perigo social que vinha do campo” passa a ser objeto de controle do Estado (FOUCAULT, 1984, p. 87). Isso resultou em diferentes formas de organização de uma higiene pública que se preocupou com o destino dado aos mortos, com os locais de coleta da água, para que estes fossem estabelecidos em locais distantes dos despejos de esgoto.

A medicina urbana com seus métodos de vigilância, de hospitalização etc., não é mais do que aperfeiçoamento, na segunda metade do século XVIII, do esquema político-médico da quarentena que tinha sido realizado no final da idade média, nos séculos XVI e XVII. A higiene pública é uma variação sofisticada do tema da quarentena e é daí que provém a grande medicina urbana que aparece na segunda metade do século XVIII e se desenvolve sobretudo na França (FOUCAULT, 1984, p. 89).

A medicina urbana não se ocupava dos indivíduos propriamente ditos, mas sim da qualidade do ar e da água, com dejetos produzidos pelo meio. Dessa forma, a química entra em contato com a medicina para pensar espaços públicos em prol de uma segurança política e sanitária. Interessa aqui que se destaque que os discursos e saberes produzidos a partir dessa época socializaram-se devido à constituição de uma medicina coletiva e da higiene pública<sup>6</sup>. Por último, nomeia Foucault essa terceira fase como a medicina da força de trabalho, que foi analisada a partir das experiências francesa, inglesa e alemã. Explica o filósofo que na França os pobres<sup>7</sup> da cidade eram úteis e passaram a ser considerados

---

<sup>6</sup> A medicina urbana inglesa aparece como uma forma de medicina social na perspectiva de controle médico dos pobres e uma das ações empreendidas foram os cordões sanitários que dividiam as cidades de ricos e de pobres (MACHADO, 1984).

<sup>7</sup> Acrescenta Foucault que a “medicina dos pobres, da força de trabalho, do operário não foi o primeiro alvo da medicina social, mas o último. Em primeiro lugar o Estado, em seguida a cidade e finalmente os pobres e trabalhadores foram objetos de medicalização” (FOUCAULT, 1984, p. 93).

perigosos somente a partir do século XVIII. Isso se dá por razões variadas, como na Revolução Francesa, quando surgem como uma força política capaz de participar das revoltas. Os serviços de carregamento e de entrega postal feitos pelos pobres foram dispensados quando foi criado o sistema postal. Posteriormente, isto é, em 1932 a cólera trouxe um cenário em que a cidade foi dividida em bairros dos pobres e dos ricos.

Nesse sentido, observa-se, por exemplo, o desenvolvimento fabril causa na mesma proporção o crescimento do proletariado. “Essencialmente na *Lei dos pobres* que a medicina inglesa começa a tornar-se social, na medida em que o conjunto dessa legislação comportava um controle médico do pobre” (FOUCAULT, 1984, p. 95). Mais tarde, aparecem os sistemas *Health service* que passam a fazer o controle da vacinação; registros de doenças perigosas e epidemias e identificação dos locais insalubres da cidade, medidas preventivas que atingiram toda a população e levaram a protestos violentos na época. O sistema alemão de medicina não se mostrou articulado e flexível em relação aos outros acima apresentados. Acrescenta-se que “a medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a sua população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores” (FOUCAULT, 2010, p. 212).

Ao longo dos séculos XVIII e XIX em diferentes países da Europa, com a crescente urbanização, já existia o controle das populações urbanas, dirigido às diferentes classes, mas o controle do proletariado no espaço urbano também está presente em outras instituições.

Nos colégios, no século XVIII, cria-se toda uma organização arquitetônica e de mobiliário para que o local em nada se pronunciasse sobre o sexo. Como pondera Foucault “o sexo colegial passa a ser [...] mais particularmente o dos adolescentes em geral - um problema público”. Todo um corpo de saberes, discursos e poderes constituem-se em torno do sexo das crianças e adolescentes como forma de exercício de poder e de controle do corpo, e mais tarde das populações (FOUCAULT, 2015, p. 35). Os professores, pais e clérigos passam a normatizar e controlar os assuntos e práticas dos alunos em toda medida. As sociedades modernas constituíram todo um aparato jurídico fundando-se em princípios de legalidade balizados no direito público que dá suporte e legitima a soberania do Estado. Tais princípios foram intensificados pela propagação dos saberes das ciências humanas.

Uma nova tecnologia vai se instalar e se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (FOUCAULT, 2010, p. 204).

Historicamente, esse controle está ligado ao direito de morte e ao direito de vida, advindos do poder soberano que permitiu a um pai de família romano o poder sobre a vida de seus familiares. Vê-se que o poder de vida e de morte está ligado ao fato de deixar viver ou ao direito de causar a morte. Foucault (2015) esclarece que a partir da idade clássica as formas de exercício de poder modificaram-se profundamente, da mesma maneira que o direito de morte se deslocará do individual para o controle da vida das populações. No século XX aconteceram as guerras mais sangrentas da história da humanidade, com a ampliação crescente de tecnologias de guerra gerando holocaustos à população. As guerras não mais são ordenadas em defesa do poder soberano, mas “travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver” (FOUCAULT, 2015, p. 147).

Percebe-se que o direito de deixar viver ou de deixar morrer não aconteceram de forma imediata. Foram implementados entre os séculos XVII e XVIII com as mudanças na teoria do direito e da política. No século XVII as tecnologias de poder buscavam controlar o corpo individualmente por meio da distribuição espacial dos corpos. O intuito era aumentar a força útil e para isso eram utilizados treinamentos e exercícios supervisionados por um sistema de vigilância, hierarquias, inspeções e registros que, por meio de relatórios, visavam disciplinar os trabalhadores. No século seguinte instaura-se “a biopolítica” da espécie humana’ que trata de “um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população etc.” (FOUCAULT, 2010b, p. 204).

A biopolítica está ligada ao controle da população: a população como problema político, um problema biológico e um problema de poder que impacta no controle das massas. A ritualização da morte fica para trás com o declínio do poder soberano. Cada vez mais caminha-se para um poder que não somente controla o direito de morrer, mas também de viver. Entende-se que a expansão demográfica, a crescente industrialização e a invenção de inúmeras de tecnologias de controle e de vigilância das massas contribuíram

para as condições de possibilidade do aparecimento da biopolítica, sem abandonar o controle dos corpos individualmente. Na obra em *A defesa da sociedade* (FOUCAULT, 2010a) o filósofo mostra a continuidade que se dá ao período das disciplinas para a biopolítica e afirma que ambos não se excluem, mas articulam-se.

Um dos primeiros alvos do biopoder é percebido por meio da utilização de métodos estatísticos como forma de controlar as taxas de natalidade, mortalidade e longevidade. Significativas descobertas científicas também levaram o filósofo a identificar um paradoxo: por um lado, nunca um período valorizou tanto a vida – por meio de vacinas, medicamentos, pesquisas; mas, por outro, passou a pôr em prática uma metodologia de extermínio de populações em guerras, conflitos e mesmo mediante violência urbana. Uma espécie de controle populacional que, para se deixar viver, tem que matar. Acrescenta ainda que o “biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 2015a, p. 91).

Castro (2009, p. 61) em outras palavras, reforça essa afirmativa do que ideário da biopolítica “buscou racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça”. Por outro lado, também foi muito útil ao desenvolvimento dos sistemas produtivos e dos dispositivos engendrados pela biopolítica, visto que as mudanças não descartaram as táticas de controle das disciplinas, passando a fazer parte das estratégias de controle das populações.

É dessa maneira que os mecanismos de vigilância instalam-se entre os séculos XVIII e XIX com dispositivos de segurança e de vigilância da população no território, instaurando, ao mesmo tempo, o governo das populações. Isso vai além de controlar o trânsito do povo, mas também influencia na conformação das identidades coletivas e individuais, transformando-as em “processos de subjetivação em relação a estas sujeições identitárias mediante a introdução de desvios, transgressões e resistências” (CANDIOTTO, 2020).

No que se refere às instituições educativas, nota-se que, cooperaram com a divulgação de discursos legitimando as práticas de controle da população e formulando projetos de formação humana. Com isso, reverberaram esse trabalho por intermédio de em

programas e sistemas educativos, orientando os currículos e as práticas educativas no cenário atual. Ressalta-se que os indivíduos e instituições, no exercício do contrapoder ao qual aderem, ao mesmo tempo que criticam, também, reivindicam e questionam o projeto de formação dos alunos. Por isso, questiona-se: até que ponto a educação hoje tem se organizado a partir dos ditames dos sistemas produtivos capitalistas e da biopolítica? Este é um tema a ser explorado na seção a seguir.

## **BIOPOLÍTICA E A ESCOLA NA CONTEMPORANEIDADE**

Apresenta-se inicialmente o sentido e significado da educação com vistas a um projeto de formação humana. Não se intenciona aqui discutir o tema a partir de uma perspectiva idealista, já que tem havido opiniões divergentes - Educação para formação humana e Educação para empregabilidade, posições dicotômicas em que a primeira está balizada em uma educação como processo de humanização e de autonomia e a segunda atende aos anseios da sociedade capitalista em que vigoram os ditames neoliberais.

Dessa forma, a partir de um olhar filosófico, entende-se que o homem seja um ser inacabado com muitas possibilidades e é a educação que possibilita o acesso às formas de ser e viver em sociedade, de maneira dialética. “A educação é, então, o pensamento em movimento de passagem do homem como ser natural e biológico ao ser racional, autônomo e livre que cuida do bem comum, do que é de todos, realizando-se, assim, como humano” (COÊLHO, 2014, p. 23). Acrescenta-se à essa discussão “O mito da caverna de Platão (2019)<sup>8</sup>”, uma história que ajuda a pensar o acesso ao conhecimento como possibilidade de se alcançar o esclarecimento. Aqui pode-se fazer uma relação com os discursos da educação, no que tange ao entendimento de suas finalidades é necessário descortinar e enfrentar a luz para compreender o que de fato os discursos querem dizer aos homens. A obra *A Ordem do Discurso*, segundo Foucault (2013b) trabalha essa questão. Os discursos são mais que signos, palavras e frases, o que importa são os emissores dos

---

<sup>8</sup> Sócrates em conversa com Glauco utiliza da imaginação para falar sobre homens acorrentados na caverna, esses homens veriam apenas sombras de pessoas e animais. Um dos prisioneiros arranca das correntes por si só e daí livra-se da ignorância. Os outros tinham medo de que a luz os cegasse ao ponto de matarem o prisioneiro que vivenciou a luz. Os prisioneiros presos na escuridão tinham medo de sofrer pois estavam ali desde a infância. Assim, a caverna é considerada uma vida de aparências, na qual muitas pessoas vivem, e a filosofia possibilitaria o acesso ao verdadeiro conhecimento (PLATÃO, 1987).

discursos. Não são falsos ou verdadeiros, o que também não quer dizer que não possam ser inventados. Os discursos atuam na constituição dos regimes de verdade.

E a razão disso e, talvez, esta: que se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, se não o desejo e o poder? O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera o poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nos há bastante tempo, e tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-lo (FOUCAULT, 2013b, p. 20).

Nesse sentido, esses discursos tornam-se regimes de verdade e gradativamente constituem os discursos da educação, das instituições como terrenos férteis para o desenvolvimento da verdade. A verdade ditada pelos discursos das instituições é orientada por leis, normas, regulamentos, políticas públicas que emitem mensagens polifônicas.

Os discursos educacionais vigentes apontam para a liberdade e a igualdade de oportunidades ao ingressar nas instituições educativas. Determinadas pela legislação brasileira como um todo, as políticas educacionais, de modo geral, defendem a democratização do acesso ao ensino como forma de melhorar as condições sociais dos indivíduos. No entanto, não é isso que se tem presenciado, mas o distanciamento do discurso legal da realidade vivida (LÔBO, 2017). É neste contexto que as relações de saber/poder envolvem também a constituição de saber. Esses saberes buscam legitimar seus discursos, que, é claro, são confrontados pelos interesses do Estado, e influenciados também pelos organismos internacionais, como, por exemplo, Banco Mundial - BM e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, políticas educacionais de outros países, exigências do mundo do trabalho. Enfim, a posição que o país ocupa no cenário mundial, que interferem na formulação das políticas educacionais e em projetos de formação humana. Interroga-se então, a ideia contida no presente artigo: de que forma a biopolítica interfere nas decisões sobre os rumos da educação escolar?

Cabe ressaltar-se que a biopolítica destina-se ao controle das populações quando se passa de uma sociedade disciplinar de controle individual para uma sociedade de controle das populações, contando com o refinamento de dispositivos de controle da vida pelo biopoder e influenciando as identidades individuais e coletivas (CANDIOTTO, 2020). Infere-se, a partir dessa argumentação, que a evolução tecnológica, a economia política, a

estatística e a medicina têm colaborado para o nascimento dessa forma de dominação. O biopoder precisa estar aliado às forças estatais para desenvolver seu projeto de gestão da vida do homem e da população, isso é, o que se denomina governo<sup>9</sup>. Em uma busca rápida sobre o sentido de governar, vê-se que este conceito significa conduzir, guiar e comandar, e, nas palavras foucaultianas, é possível identificar o governo de si e o governo dos outros. Governo de si diz de uma postura do indivíduo em relação às suas ações, de acordo com a moral e a sociedade a qual se está inserido. Já o governo dos outros, da população, conduz ao governo de si em dupla posição - da resistência e da normalização.

As ideias neoliberais influenciam fortemente as políticas educacionais e tendem a servir aos sistemas produtivos, o que, na visão de Coêlho (2012, p. 18), pressupõe que a escola tem sido vista “[...] como preparadora de mão de obra para a economia e a sociedade que se mundializa, a escola corre sérios riscos de não passar de um centro de treinamento” esquecendo-se de seus princípios de instituição que perpetua os valores, os costumes e tradições. No entanto, o que se tem percebido não é bem isso, as políticas educacionais têm atendido a grupos hegemônicos, quase sem diálogo com a sociedade civil e tampouco com as comunidades educativas. Os discursos da educação, atendendo à lógica perversa posta pela ideologia neoliberal, têm orientado a constituição dos projetos, programas, currículos e as práticas pedagógicas em outro sentido. Acrescenta Coêlho (2012, p. 18)

são inegáveis as implicações da mundialização sobre a educação, em geral reduzida à escola, a começar pela imposição de formar o trabalhador flexível e polivalente, capaz de mudar várias de atividade ao longo de vida; o que seria facilitado pela possibilidades de se adquirir sempre novas competências e habilidades pela educação continuada.

Nessa medida, o campo do saber vem desenvolvendo inúmeras possibilidades de formação nas instituições educativas desde a infância. Motta (2013), em sua pesquisa com alunos do primeiro ano do Ensino fundamental, ainda recém-saídos da educação infantil, apresenta que os corpos infantis são produzidos a partir dos ditames do poder disciplinar e da sanção normalizadora. As professoras são vigiadas quanto ao seu tom de voz e ao

---

<sup>9</sup> Nesse sentido é “significativo ressaltar que Foucault chega à conceituação do governo mediante o estudo dos mecanismos de segurança aplicáveis ao controle da vida da população e que, no entanto, logo os deixa de lado, de modo que a tripartição inicialmente proposta ‘segurança-território-população’ é deslocada para essa outra: ‘segurança-população-governo’” (FOUCAULT apud CANDIOTTO, 2013, p. 96).

controle da turma. Uma coordenadora da turma de pesquisa disse: “Disciplina é tudo! As crianças precisam aprender a fazer silêncio e fila” (p. 131). Dornelles (2005) outra estudiosa, explica que a institucionalização da infância levou os indivíduos desde muito cedo a se submeterem a rotinas, horários e atividades em prol do disciplinamento não somente do corpo, mas da alma. O exercício do poder disciplinar deseja controlar a fome, a vontade de ir ao banheiro, de brincar e de realizar as atividades na sala de aula nos horários determinados pela escola. Isto era uma preocupação do filósofo

[...] a crescente normalização das sociedades contemporâneas, a partir dos saberes emergentes na virada do século XIX, é motivo de profunda preocupação. Numa sociedade normativa apaga-se qualquer possibilidade de oposição, de diferença (TERNES, 2007, p. 63).

Corre-se atrás da uniformidade dos sujeitos e busca-se a homogeneidade e a conformação. No que tange aos efeitos das populações de estudantes, a escola contemporânea cria e recria dispositivos de avaliação, com o uso da estatística, para medir e comparar o desempenho escolar de crianças e jovens em idade escolar. Isso demonstra que permanece a necessidade constante de se avaliar, de se medir os conhecimentos, como nos exames do Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA<sup>10</sup>, avaliação internacional feita com jovens de 15 anos; o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, para se ter acesso ao ensino superior; o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE; que avalia os alunos dos cursos de graduação, e a Prova Brasil, que avalia o desempenho dos alunos do Ensino Fundamental por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - Saeb. Os resultados são disponibilizados em forma de rankings e é a partir deles que as políticas educacionais traçam diagnósticos visando corrigir os rumos da educação escolar. Reiterando-se, os países subdesenvolvidos, em especial o Brasil, seguem a agenda neoliberal comandada pelo BM e pela OCDE, conhecido também como clube dos países ricos e mais os setores empresariais. Esses organismos definem as competências socioemocionais e habilidades necessárias para formar o trabalhador do século XXI - um trabalhador conectado (LIBÂNEO, 2014).

Neste país, no contexto pandêmico atual, observa-se que as desigualdades sociais e educacionais foram agravadas e nem todos os alunos têm tido acesso a internet e, conseqüentemente, deixaram de acompanhar as aulas *on-line*. Por outro lado, viu-se

---

<sup>10</sup> O Brasil encontra-se no quinquagésimo sétimo no ranking (BRASIL, 2020).

professores com pouca experiência em ensino remoto e ambiente *home office* vivendo experiências novas, tanto boas quanto ruins. Além disso, paira a realidade de que está submetido a uma cultura do medo e, por isso, a população, de uma forma geral, mantém-se isolada em suas moradias. Novas configurações de trabalho são colocadas aos trabalhadores. A escola na atualidade enfrenta os muitos desafios que já existiam antes da pandemia do coronavírus - COVID-19, como o acesso a uma educação de qualidade social e pedagógica, a adequação curricular em curso ditada pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC<sup>11</sup>, a formação continuada para os professores e a aprendizagem para os alunos do ponto de vista das relações sociais, além da homogeneização dos conteúdos e das aprendizagens e outras tantas questões que já estavam presentes no cotidiano da educação brasileira.

Nesse sentido, um discurso inclusivo deveria tornar-se prática corrente. Mas o que se percebe, frequentemente, é a multiplicação sem precedentes dos mecanismos de vigilância e de punição nas escolas em geral, por meio do acompanhamento e do controle contínuo da movimentação dos alunos e dos professores. Ao observar as práticas e formas de trabalho, vê-se que elas objetivam adestrar as atitudes e docilizar os corpos, de maneira a conformar os sujeitos ao sistema vigente. Talvez por isso a biopolítica pelo biopoder são formas ideais para a concretização dessas finalidades, como pode ser percebida por meio da afirmação abaixo:

O biopoder, sem dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho da produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos (FOUCAULT, 2015, p. 152).

Enfim, instaurou-se um governo da vida, da infância, da sociedade e de outras tantas formas de controle que permitiram que o biopoder fosse exercido nas instituições educativas, tendo o Estado como um dos principais responsáveis pelos discursos das políticas educacionais. Os regimes de verdade são ditados pela sociedade tendo como base

---

<sup>11</sup> A Base Nacional Comum Curricular, segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2020) “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”. Documento este que vem sendo discutido desde 2015 e atualmente está em vigor. Tem recebido muitas críticas quanto à seleção de conteúdos a serem trabalhados na escola como também a ausência de discussões coletivas com a comunidade escolar, pesquisadores, professores e outros agentes envolvidos com a educação básica.

os desejos dos sistemas produtivos e, nesse ciclo, as instituições educativas criam e recriam os discursos e produzem suas verdades. As escolas, nessa medida, tornaram-se máquinas de ensinar, um modelo moderno de escolarização que paulatinamente tornou-se obrigatório. Pode-se dizer que a escola faz parte das instituições que governam os alunos, instaurando hierarquias nos conteúdos e nos processos de aprendizagem e de avaliação. O tempo precisa ser controlado e para isso são produzidos mecanismos disciplinares que conformam os corpos e mentes para uma vida em sociedade dócil e útil.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi o de apresentar, a partir da filosofia foucaultiana, algumas reflexões em torno da relação da biopolítica com a educação atual. Para tanto, buscou-se realizar uma aproximação do conceito de biopolítica e com os regimes de verdades apregoados nas instituições educativas. Sabe-se que Foucault, em sua fase genealógica, investigou as relações de saber/poder que constituíram regimes de verdades e favoreceram o aparecimento do homem nos séculos XVIII e XIX. No decorrer da escrita foi possível perceber como os diferentes mecanismos de controle, vigilância e conformação dos corpos/alma, por meio das disciplinas, com o tempo são redirecionados para o controle das populações. Tal fato reverbera no investimento de muitas técnicas em instrumentos para a normalização e regulação das populações como o aparecimento da estatística, da demografia e da geografia. A biopolítica, por meio do exercício do biopoder, passa a ter poder sobre a vida e a morte dos indivíduos. Foi possível perceber que esses regimes de verdade produzidos pela biopolítica não são novos. Foucault mostra os primeiros indícios da biopolítica a partir do nascimento da medicina social. No final do século XVIII já se percebia o controle das populações e, com o desenvolvimento dos sistemas produtivos, passa-se para o controle efetivo do corpo dos trabalhadores.

Assim, a medicina figura como um campo de saber/poder que lida ao mesmo tempo com o corpo dos indivíduos e com a população, visando produzir efeitos disciplinares e de normalização. Ao pensar-se sobre essas formas de controle, vê-se na obra *História da Sexualidade I* como a questão do sexo nas escolas passa a ser tema proibido e como os familiares, os professores e os religiosos passam a vigiar os corpos, a controlar os assuntos e as práticas dos alunos. Institui-se a biopolítica como o controle do deixar viver e,

também, de causar a morte pelo exercício do biopoder que interfere não somente no controle das populações, mas nas instituições educativas. Tem-se nas instituições educativas um espaço de reprodução e de reforço dessas formas de controle que foram inventadas pelas mesmas. Neste contexto global, esses dispositivos são orientados pelas políticas educacionais que ditam os objetivos dos currículos e das práticas nas escolas. Observou-se também que o projeto de formação humana é afetado pelas ideias neoliberais ditadas pelos organismos internacionais. Vende-se a falácia de estar sempre atualizado e conectado às redes para se moldar os sujeitos aos ditames do mercado, tornando-se, assim, um regime de verdade. Neste contexto, pode-se afirmar que os discursos da educação estão vinculados às políticas educacionais, para as quais o que importa é quem fala, não o que se fala. A verdade não tem um dono, mas sim vários.

Há que se pressupor que os discursos divulgados pela mídia dizem de uma escola livre, prezam pela autonomia e pela justiça social, mas o que se percebe não é bem isso. Pelo contrário, vê-se que o que se deseja e se efetiva é que as instituições educativas formem pessoas para o trabalho atendendo aos sistemas produtivos. As ideias neoliberais reforçam esses discursos com avaliações como PISA, cujos resultados vêm interferindo no contexto das formulações das políticas educacionais, currículos e práticas pedagógicas. Coloca-se na mente do indivíduo que as mazelas sociais e educacionais podem ser superadas pelo seu esforço. Esse discurso reflete-se em práticas sutis de controle dos corpos e das mentalidades, objetivando docilizar e adestrar os corpos dos trabalhadores e alunos. Assim, cria-se uma conjuntura em que as instituições são governadas e as práticas pedagógicas precisam ser úteis aos sistemas educativos. Diante desse quadro da biopolítica será ainda possível pensar uma educação em perspectiva para o exercício da cidadania ou para a liberdade?

## REFERÊNCIAS

**BRASIL.** Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>, 2020. Acesso em: 15 de out. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes – PISA.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso em: 12 de out. de 2020.

**CANDIOTTO,** Cesar. **Foucault e a crítica da verdade.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica; Curitiba: Champagnat, 2013.

\_\_\_\_\_. Sujeição, subjetividade e migração: reconfigurações da governamentalidade biopolítica. **KRITERION**, Belo horizonte, n. 146, p. 319-338, ago. 2020.

**CASTRO,** Edgardo. **Vocabulário de Foucault:** um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

**COÊLHO,** Ildeu Moreira. Escritos sobre o sentido da escola: uma introdução. In: **COÊLHO,** Ildeu Moreira (Org.). **Escritos sobre o sentido da escola.** Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 15-32.

**DORNELLES,** Leni Vieira. Inventando infâncias. In: **Infâncias que nos escapam:** da criança na rua à criança cyber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

**FOUCAULT,** Michel. Nascimento da Medicina social. In: **Microfísica do poder.** 4. ed. Org. Int. e rev. tec. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população:** curso no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2008. (Coleção Obras de Michel Foucault).

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2010a. (Coleção Obras de Michel Foucault).

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica:** curso no Collège de France (1978-1979). Trad. Pedro Elói. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2010b.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir:** história da violência nas prisões. 41. ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2013a.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso.** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013b. (Leituras Filosóficas).

\_\_\_\_\_. **O nascimento da clínica.** 7. ed. Trad. Roberto Melo Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013c.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. 2. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

**LIBANÊO,** José Carlos. Internacionalização das políticas educacionais: elementos para uma análise pedagógica de orientações curriculares para o ensino fundamental e de propostas para a escola pública. in: SILVA, M. A.; CUNHA, C. (Orgs.). **Educação básica:** políticas, avanços e pendências. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 47-69.

**LÔBO,** Daniella Couto. **Michel Foucault:** A sociedade punitiva e a educação. Goiânia, 2017. Tese (doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2017.

**MACHADO,** Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 4. ed. Org. e rev. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

**MAINARDES, J.; FERREIRA, M. dos S.; TELLO, C.** Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Org.).

**Políticas educacionais:** questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

**MOTTA, Flávia Miller Naethe.** **De crianças a alunos:** a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. São Paulo: Cortez, 2013.

**PLATÃO.** **A república.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

**TERNES, José.** Pensamento moderno e normalização da sociedade. **Inter-Ação:** Rev. fac. educ. UFG, v. 32, n. 1, jan./jun., 2007.